

Uma análise dos resultados alcançados por operações de microcrédito em Imperatriz – MA

An analysis of the results achieved by microcredit operations in Imperatriz - MA

Carmem Lúcia Machado Maia¹ e Paulo Cesar Bontempo²

¹Mestrado em Desenvolvimento Regional pela UNIALFA, email: carmem15@hotmail.com

²Doutorado em Administração pela USP, email: paulo.bontempo@unialfa.com.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os resultados alcançados pelas operações de Microcrédito Produtivo Orientado realizadas pelo programa CREDIAMIGO do Banco do Nordeste em Imperatriz – MA, entre 2015 e 2016. Os resultados foram medidos em termos das facilidades ou dificuldades no acesso ao crédito e pela contribuição dessas operações à expansão dos pequenos negócios atendidos. As análises foram realizadas a partir de entrevistas com pequenos empreendedores, os quais receberam recursos no período em estudo. Os resultados indicam que houve clara expansão e aumento do faturamento nos negócios beneficiados pelas linhas de crédito. Também se verificou que embora o microcrédito seja efetivamente um instrumento de inclusão socioeconômica, requer aprimoramentos.

Palavras-chave: Microcrédito. Políticas de crédito. Acesso ao crédito.

ABSTRACT

This article aims to analyze the results achieved by the Oriented Productive Microcredit operations carried out by the CREDIAMIGO program of Banco do Nordeste in Imperatriz - MA, between 2015 and 2016. The results were measured in terms of the ease or difficulty in accessing credit and the contribution from these operations to the expansion of the small businesses served. The analyzes were carried out from interviews with small entrepreneurs, who received resources during the study period. The results indicate that there was a clear expansion and increase in sales in the businesses benefiting from the credit lines. It was also found that although microcredit is effectively an instrument of socioeconomic inclusion, it requires improvements.

Keywords: Microcredit. Credit policies. Access to credit.

1 INTRODUÇÃO

Entre as experiências relacionadas o microcrédito, uma das mais famosas é a do economista Muhammad Yunus, que revolucionou a política de crédito ao fundar o Grameen Bank. Estabeleceu-se através dele, um sistema de crédito diferenciado e bem-sucedido, em que o microcrédito passou a ser acessado por pessoas que necessitavam deste para transformar seu *status* social e econômico, por meio de pequenos empreendimentos.

Este estudo aborda a questão de pesquisa: qual a facilidade de acesso e até que ponto as operações de microcrédito realizadas por meio do programa CrediAmigo estão contribuindo para o aumento de faturamento dos negócios atendidos? O objetivo deste artigo é analisar os resultados alcançados pelas operações de Microcrédito Produtivo Orientado realizadas pelo programa CREDIAMIGO do Banco do Nordeste em Imperatriz – MA, entre 2015 e 2016.

Para isso, utilizam-se parâmetros a facilidade de acesso a essa linha de crédito pelos empreendedores e as contribuições dessas operações para a expansão dos negócios. Os objetivos específicos do trabalho podem ser descritos da seguinte forma: i) demonstrar as características dos programas de microcrédito; ii) identificar as principais instituições concessionárias desse tipo de crédito e os volumes aplicados; iii) identificar as facilidades e as dificuldades encontradas pelos empreendedores no acesso a essas linhas de crédito em Imperatriz - MA entre 2015 e 2016; iv) verificar se essas operações têm levado a um aumento de faturamento dos negócios atendidos.

Os resultados evidenciados através desta pesquisa, são demonstrados ao fim desse trabalho levando em consideração o cenário local e suas limitações. Com esta finalidade, segue-se a esta introdução, o referencial teórico, os procedimentos metodológicos e uma contextualização da região pesquisada. A seguir são apresentados os resultados da pesquisa de campo e finalmente as conclusões do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O microcrédito é definido como “a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, [...] por não terem como oferecer garantias reais” (BRASIL, 2010, p. 11).

A oferta de crédito à população de baixa renda é uma prática recorrente desde à idade média (FERGUSON, 2009). Entretanto, o microcrédito ganhou maior evidência, especialmente na segunda metade do século XX e início do século XXI, após experiências de visibilidade internacional como a de Mohamad Yunus que chegou a ganhar o prêmio Nobel da paz em 2006 (NERI, 2008). A partir dessa, foram desenvolvidos modelos por Organizações Não Governamentais (ONGs) operando com tecnologias operacionais como o uso do aval solidário, através do colateral social e técnicas financeiras mais específicas, quanto à forma de concessão, taxas de juros mais reduzidas e parcelamento mais adequado para o pagamento do empreendedor do micro negócio, com a intenção de facilitar o acesso ao crédito.

O novo formato de concessão fez-se necessário devido a características específicas do empreendedor do micro negócio, tais como, a dificuldade em oferecer garantias reais e absoluta escassez de recursos. De acordo com Neri (2008), o microcrédito possibilita a inclusão social, na medida em que se destina a um grupo de pessoas que, de outra forma, não teria acesso a outros meios de crédito para ampliarem seus empreendimentos.

Pinto (2015) ressalta o aspecto social desses financiamentos, na medida em que contribuem também para a geração de empregos e renda, visto que, parte da população ainda se encontra à margem do desenvolvimento econômico mundial globalizado, sendo que esse fato contribui para o surgimento de entraves ao próprio desenvolvimento das nações (BRASIL, 2002). Desenvolver a economia e, garantir ao mesmo tempo a inclusão social, tem sido um dos principais desafios dos governos (BRASIL, 2002).

O fomento de um crédito barato e com exigência de baixa ou nenhuma garantia poderia nesse caso, suprir a necessidade dos microempreendimentos desenvolvidos por empreendedores de baixa renda, das camadas mais baixas da sociedade, para o desenvolvimento de suas atividades urbanas e/ou rurais. Isto se consolida como um desafio aos governantes que precisam além de promover o desenvolvimento econômico, garantir a inclusão social dessa faixa da sociedade. (CARDOSO, 2002)

A dimensão territorial do Brasil, de acordo com Mello (2002), remete à necessidade de parcerias para que os governos consigam reduzir a desigualdade social com o uso do microcrédito, pois para a autora, a equidade social só se faz quando a população atingida pelo processo agir como multiplicadora do mesmo. Neste cenário, o empreendedor ao fazê-lo, interfere no mercado local, movimenta-o e provoca o crescimento econômico neste e no seu entorno (LEMOS, 2007).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO PESQUISADA

Sob o aspecto metodológico, trata-se de uma pesquisa descritiva, quali-quantitativa. Os dados foram obtidos através de entrevistas com o coordenador do Programa CrediAmigo e com empreendedores que contrataram o microcrédito no período 2015 – 2016, em Imperatriz/MA.

As entrevistas realizadas com empreendedores que tomaram recursos advindos do programa, tiveram o objetivo de identificar a percepção destes tomadores de recursos quanto às suas experiências de crédito em termos de facilidades e dificuldades encontradas, procurando-se também determinar a importância do programa para a expansão dos negócios atendidos.

As informações socioeconômicas dos Microempreendedores Individuais (MEI's) foram obtidas mediante cadastro da Receita Federal realizado no momento da formalização da condição de MEI junto ao órgão. Os dados de empreendedores ainda não formalizados foram acessados pela base de dados da PNAD de 2011 através de um banco de dados coletados pelo SEBRAE no Nordeste referentes a 2011. O Banco de dados da Receita Federal traz informações sobre as empresas que estão cadastradas no Sistema, ou seja, as que aderiram à Lei 128/08. Além dos dados disponibilizados no portal do Simples Nacional, foram utilizados micro dados sobre as empresas que estão no SIMEI disponibilizados pela Receita Federal para o SEBRAE-PB e essa base de dados foi manipulada dentro do escritório do SEBRAE, na cidade de João Pessoa (PB).

O instrumento de coleta de dados foi aplicado via amostra por conveniência do total de empreendimentos formais (MEI's) e informais (Não MEI's) da região estudada. O instrumento utilizado foi adaptado a partir de Pinto (2015).

Foram entrevistados 46 empreendedores, por conveniência, a partir de um universo de 5.246 clientes de micro negócios instalados em Imperatriz - MA, que tomaram empréstimos pelo Programa CrediAmigo, administrado pelo Banco do Nordeste. As entrevistas foram realizadas pela própria pesquisadora, no escritório do Programa na Av. Bernardo Sayão, Bairro Nova Imperatriz –

Imperatriz/MA, ou no próprio empreendimento em alguns casos, tendo ocorrido entre 25/05/2018 e 25/10/2018.

Imperatriz é uma cidade localizada no sudoeste do Maranhão, que inicialmente era habitada por índios. A partir das missões jesuíticas a paisagem natural deu lugar ao processo de urbanização, com vilarejos às proximidades do rio Tocantins. Atualmente a cidade tornou-se importante pólo econômico e universitário, visto que se desenvolveu às margens da rodovia Belém-Brasília também conhecida como transamazônica e BR-010 e ainda às margens do rio Tocantins. A cidade de Imperatriz é localizada a aproximadamente 620 quilômetros de quatro capitais brasileiras: Belém (PA), São Luís (MA), Teresina (PI), Palmas (TO), e com grande e variável (média de 100 km) proximidade de cidades em seu entorno.

4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada com empreendedores que tiveram acesso ao microcrédito entre os anos de 2015 e de 2016. Deste modo, procurou-se identificar aspectos da aplicação do crédito concedido, suas principais características e ainda conhecer sua percepção quanto à importância da concessão do crédito para seus respectivos microempreendimentos.

Na primeira etapa fez-se a qualificação dos empreendedores quanto ao gênero, idade, escolaridade e estado civil. A maioria dos empreendedores entrevistados são mulheres e correspondem a 71% dos entrevistados.

Sendo o microcrédito uma política pública voltada para manutenção e ampliação de renda, este parece ser mais procurado pelas mulheres, dado que esta incidência é evidenciada nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, localizações apontadas pelas pesquisas como sendo as mais pobres e mais carentes do país.

Quanto à faixa etária dos tomadores do CrediAmigo que foram entrevistados, a maioria se encontra na faixa etária entre 46 e 55 anos, o que corresponde a 34,7% dos entrevistados. Em relação à formação escolar dos beneficiários do CrediAmigo em Imperatriz - MA, constatou-se que 51% dos entrevistados possuem Ensino Fundamental e os que possuem Ensino Médio somam 47%, sendo que destes últimos, 3% estão cursando faculdade. Entre os entrevistados não se observou a existência de pessoas analfabetas e os entrevistados com Ensino Superior totalizam apenas 2%, sendo 50% destes pós-graduados.

O percentual de analfabetos em relação à média nacional mostrou-se surpreendente, dada a alta prevalência do analfabetismo na região, que dados do SEBRAE de 2011 chega a 70%. A partir deste ponto a pesquisa buscou dados específicos sobre o negócio. A formalização dos negócios é uma questão que gera preocupação e exige atenção pois a pesquisa aponta que apenas 26,09% dos entrevistados possuem seus negócios dentro da formalidade. A amostra desta pesquisa apresentou em sua totalidade (100%) adesão ao aval solidário, sendo esta portanto, a garantia do negócio, o que é frequente nessa modalidade de crédito.

Constatou-se maior evidência nos segmentos de alimentação, citado por nove entrevistados (19,5%). O segmento confecção e facção apresentou-se mais representativo, com 16 entrevistados correspondendo a 34,7% da amostra. Por fim, na área de beleza e cosméticos esta proporção foi um pouco menor, 17,4%.

A pesquisa aponta ainda que 46% dos entrevistados utilizam o microcrédito para a modalidade de investimento, embora durante as entrevistas cerca de 15% dos microempreendedores demonstraram que tais investimentos não beneficiaram especificamente a atividade.

Percebeu-se ainda, entre os entrevistados, pouca compreensão do que seja investimento. Este fato sugere a necessidade de oferecer ações educativas voltadas para os negócios dos tomadores dessa modalidade de crédito. Isto sugere ser importante uma educação formal de qualidade, de modo que a mesma possibilite aos empreendedores melhor aproveitamento e entendimento das oportunidades que o microcrédito oferece para o empreendimento.

A necessidade de capacitação específica evidenciou-se em vários momentos da entrevista. Embora as instituições concessoras do microcrédito em geral façam parcerias com organizações como o SEBRAE, foi possível constatar que ainda há muito o que ser feito nesse sentido, quanto à implementação de políticas públicas para suprir essa carência.

Foi possível constatar que a maioria dos empreendimentos estão localizados na própria residência dos tomadores. Ressalta-se que, cerca de 80% dos entrevistados informaram ter dificuldades na compreensão da palavra faturamento, nem tampouco diferenciá-lo da renda individual. Por vezes o faturamento foi confundido com o empréstimo em si, e provavelmente até por isso, os valores citados como faturamento do negócio e renda serem sempre aproximados e não precisos. Mesmo entre os que afirmaram com certeza qual seu faturamento, não foi possível estabelecer qual o grau de confiabilidade de tal certeza, devido a aparente confusão feita entre faturamento, renda e crédito recebido.

Constatou-se que 59% dos entrevistados beneficiados com os empréstimos não recebem bolsas do governo e 63% não possuem outras fontes alternativas de renda, o que indica que sua sobrevivência deve depender exclusivamente do seu micro negócio. Outros 33% dos entrevistados declararam ter outras fontes alternativas de renda e 30% deles recebem bolsa do governo. Dos entrevistados, 11% não souberam ou não quiseram responder se possuem bolsa do governo e 4% não souberam ou não quiseram responder se possuem outra fonte alternativa de renda.

Ainda quanto à renda dos entrevistados, percebe-se que a maioria destes (74%), recebe renda de até 04 salários-mínimos sendo, portanto, caracterizados como baixa renda. Apenas 17% possuem renda superior a 04 salários-mínimos e 9 % não souberam ou não quiseram responder. Essa informação exclui o recebimento auferido através das bolsas do governo, referindo-se, portanto, apenas ao negócio.

Ressalta-se que mais da metade dos entrevistados têm no negócio sua única fonte de renda, sendo esta, portanto a origem dos seus recursos.

Observou-se que 65% dos entrevistados possuem menos de 09 anos na atividade e que apenas 31% estão completando ou superaram uma década na mesma. O fator empregabilidade é um dos objetivos do governo quanto microempreendimentos. Sabe-se, no entanto, que de acordo com a Legislação vigente (Lei Complementar 128/2008 e suas alterações e resoluções pertinentes), o MEI pode contratar apenas um empregado e terá sobre esse, o custo de 11%.

Como a maioria dos entrevistados permanece na informalidade, chega a empregar até 02 membros da família, embora a maioria absoluta não empregue ninguém. A pesquisa constatou que na amostra, 45,6 % não empregam ninguém da família, enquanto 15,2% empregam 01 pessoa e 15,2% empregam mais de 2 pessoas e 8,7% empregam duas pessoas e 6,5% não quiseram responder quantas pessoas da família empregam em seu negócio. E isso significa o quanto a renda familiar depende do negócio, pois quanto maior é o número de familiares empregados no negócio, maior é a dependência.

Foi ainda perguntado aos entrevistados quanto a existência de empregados de fora do grupo familiar em seu micro negócio. As respostas a esta pergunta apontam que 77% aproximadamente, não possuem empregados de fora da família, enquanto 8,7% dizem ter 01 empregado, 4,3% afirmam ter até 02 empregados e 4,3% dizem ter acima de 2 empregados que não pertencem ao grupo familiar do usuário do microcrédito. Houve ainda 6,5% de entrevistados que não quiseram responder. Vale salientar que todos os entrevistados que apontaram ter 01 empregado são formalizados.

Com relação a como os recursos tomados foram empregados, foi possível constatar que entre os entrevistados, 29 deles ou 63% da amostra disseram ter aplicado o recurso em compras de matéria prima ou bens para venda, sendo que 03 informaram também aplicação em ativos fixos, mercadorias ou matéria prima e 01 ainda em outras destinações para capital de giro. Outros 12 entrevistados (26% da amostra) não souberam ou não quiseram responder.

Sobre a busca de apoio para a gestão dos negócios a maioria não procurou apoio para gerir o negócio (88%). Apenas 12% dos entrevistados informaram que já buscaram apoio técnico para a gestão do negócio.

A formalização permite que o microempreendedor fature até 81mil reais de janeiro a dezembro do ano em curso, conforme última atualização legal e embora traga obrigações, também oferece garantias como a assistência previdenciária mais barata e auxilia inclusive para comprovação da renda.

Apurou-se que 67% dos entrevistados afirmam que o faturamento aumentou após o uso do microcrédito e 11% afirmam que não aumentou, enquanto 22% não souberam ou não quiseram responder. A renda nos últimos 3 anos, manteve-se igual para 4,3% da amostra. Para 2,17% dos entrevistados, a renda diminuiu em função de redução do faturamento enquanto para a maioria dos entrevistados (73,9%), houve aumento significativo da renda, principalmente em função da concessão do microcrédito que propiciou expansão do negócio e de seu faturamento. Outros 8,7% não souberam ou não quiseram responder. Foi possível constatar que os entrevistados que afirmaram apresentar menor crescimento percentual após a utilização e aplicação do recurso do microcrédito foram exatamente aqueles com menor tempo de empreendedorismo e/ou de parceria com o microcrédito.

Os entrevistados consideram-se público-alvo para o microcrédito e 76% consideraram fácil o acesso ao microcrédito; 13% consideraram difícil e 11% não souberam ou não quiseram responder. No que foi informado por estes, vários tomadores de microcrédito declararam que as visitas dos agentes de crédito para verificar o funcionamento do negócio e os documentos solicitados por estes, foram citados como pontos de dificuldades. Foi possível constatar que para 76% dos tomadores que consideraram fácil o acesso ao microcrédito, as visitas dos agentes não podem ser apontadas como dificuldade, mas como necessidade de garantia para a instituição financeira e para o empreendedor que recebe orientações importantes nesses encontros.

Quanto à indicação para novos contratantes do microcrédito 95,6% dos entrevistados indicariam esta modalidade de crédito a outras pessoas, e os demais 4,4% não souberam ou não quiseram responder.

5 CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo analisar os resultados alcançados pelas operações de Microcrédito Produtivo Orientado realizadas pelo programa CREDIAMIGO do Banco do Nordeste em Imperatriz – MA, entre 2015 e 2016.

Verificou-se que os objetivos do programa - inclusão socioeconômica e a redução dos participantes de programas de transferência de renda como o bolsa família -, nem sempre coincidem com os objetivos dos seus usuários, que estão mais focados na melhoria da renda própria e familiar.

Como evidências, a pesquisa indica a existência de 73,91% de negócios na informalidade, e 30% formado por indivíduos que recebem bolsas do governo, o que onera por duas vertentes. Por outro lado, 33% dos entrevistados apresentam renda alternativa e assim, não abrem espaço para novos empregos que atenderiam novos cidadãos.

A maioria dos tomadores dos recursos do CrediAmigo não melhoram a arrecadação e nem produzem empregabilidade formal como pretendido, que por vezes o buscam apenas como complemento ou suporte absoluto de renda familiar. Percebe-se que a inclusão social e redução da pobreza, proposta enquanto política pública para o microcrédito, é apenas parcialmente cumprida, dado que o volume de mão-de-obra utilizada para o negócio pouco se expande para terceiros, limitando-se em geral aos próprios tomadores de crédito, que ainda nos dias atuais resistem à formalização.

A partir da amostra pesquisada, pode-se concluir que o microcrédito ainda não cumpre seu papel como agente de exclusão dos programas de transferência de renda, como o bolsa família, embora em 2017 o governo tenha elevado o teto para R\$ 200.000,00.

Conclui-se que o microcrédito é importante e atuante instrumento de inclusão socioeconômica, mas que requer ainda aprimoramentos para maior expansão e efetividade de seu uso. Esses aprimoramentos precisam ser elaborados como políticas públicas de acompanhamento e saída do projeto, pois entende-se que os tomadores devem evoluir até sua saída do projeto para a absorção de novos tomadores e assim ampliar o círculo de inclusão através do microcrédito.

Acredita-se que alguns critérios devem ser abordados em políticas públicas para esse fim, como o acompanhamento efetivo dos resultados, a estrutura do negócio e sua formalização.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Introdução ao microcrédito**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?CARTMICROCR>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. **Série Cidadania Financeira: Estudos sobre educação, proteção e inclusão**. Brasília: 2015. <http://www.bcb.gov.br/?CIDADANIAFINANCEIRA>. Acesso em: 15 jul. 2016.

FERGUSON, N. **A ascensão do dinheiro: a história financeira do mundo**; tradução Cordelia Magalhães. – São Paulo: Planeta do Brasil, 2009.

IBGE, BRASIL Publicado em 15/12/2017-10:29 por Nielmar de Oliveira – Repórter da Agência Brasil. Rio de Janeiro (RJ): <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>. Acesso em: 20 jan. 2019.

IMPERATRIZ(MA). **Prefeitura**. 2013. Disponível em: <http://www.imperatriz.ma.gov.br>. Acesso em: jul. 2017.

IBGE. Microcrédito: levando crédito a quem não tem acesso ao sistema bancário tradicional. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/microcredito-o-que-e>. Acesso em: 25 abr. 2017.

MAIA, Carmem Lúcia Machado. **MICROCRÉDITO: Resultados da Aplicação Do CrediAmigo Em Imperatriz – MA Entre 2015 E 2016**. 2019, 80 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Faculdades Alves Faria, Goiânia, 2019.

MATOS, F. de; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI, M. C. **A atividade e a política de microcrédito no Brasil: visões sobre sua evolução e futuros desafios**. Fortaleza: IDT, USP, 2014. 201 p.

MORDUCH, J. The microfinance promise. **Journal of Economic Literature**, v. XXXVII, p.1.569-1.614, dez. 1999.

NERI, M. **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 376p.

PASSOS, A. et al. **Focalização, sustentabilidade e marco legal: uma revisão da literatura de microfinanças**. Brasília: Boletim Mercado de Trabalho, Ipea, fev. 2002.

PINTO, W. **As experiências dos programas de microcrédito produtivo orientado: o caso das concessões na região metropolitana de Goiânia no período 2011-2014.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdades Alves Faria, 2015. 108f.

SEBRAE/BNDES. **Estudo dos Microempreendedores Individuais do Nordeste.** 107p.

SOUSA, J. M. de. **A cidade na região e a região na cidade: a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e sua implicação na região tocantina** /Jailson de Macedo Sousa. – Imperatriz, MA: Ética. 2009.

YUNUS, M. **Banker to the poor.** Londres: Public Affairs, 1999. YUNUS, M. JOLIS, A. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Criando um negócio social.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

YUNUS, M.; WEBER, K. **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo.** São Paulo: Ática, 2008.